

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 29 de janeiro de 2024 às 08h11
Seleção de Notícias

Exame.com | BR

Patentes

Oppo e Nokia encerram disputa de patentes com acordo global sobre tecnologia 5G	3
<small>ÚLTIMAS NOTÍCIAS</small>	

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Netflix inclui IA generativa como fator de risco para competição em relatório anual	4
<small>ILUSTRADA</small>	

O Globo Online | BR

Direitos Autorais

Marisa Monte, Roberto Carlos e Gilberto Gil: veja artistas que repudiam paródias em jingles políticos	6
<small>O GLOBO AUTOR</small>	

CenárioMT online | MT

Marco regulatório | INPI

INPI anuncia novidades para o curso sobre propriedade intelectual	7
--	----------

Migalhas | BR

Patentes

Novo olhar do Judiciário sobre a importância das reivindicações	8
<small>CLÁUDIO BARBOSA</small>	

Oppo e Nokia encerram disputa de patentes com acordo global sobre tecnologia 5G

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



A fabricante chinesa de smartphones Oppo Mobile Telecommunications e o gigante finlandês de equipamentos de telecomunicações Nokia encerraram uma longa disputa legal com a assinatura de um acordo global de licenciamento cruzado de **patentes**. O pacto abrange tecnologias de comunicação móvel de quinta geração () e outras, marcando o fim de uma batalha judicial que se arrastava por 31 meses.

O acordo resolve todas as pendências de litígios de patentes entre as duas empresas em várias jurisdições. Ambas as partes concordaram em manter os termos confidenciais, mas ficou acordado que a Nokia receberá pagamentos da Oppo ao longo de vários anos, incluindo compensações retroativas pelo período de disputa.

As divergências começaram em julho de 2021 devido à incapacidade de concordar sobre as taxas de licenciamento FRAND (justas, razoáveis e não discriminatórias) para as patentes da Nokia. A empresa finlandesa moveu ações judiciais contra a Oppo em mais de dez países, incluindo Reino Unido, Holanda, França, Suécia e Finlândia, com resultados mistos.

O desfecho positivo foi influenciado pela decisão de um tribunal chinês em 28 de novembro, que es-

tabeleceu a taxa global acumulada para as patentes essenciais ao padrão entre 4,341% e 5,273%. Essa decisão, a primeira desse tipo na China, levou a Nokia a resolver disputas semelhantes com outros fabricantes de dispositivos móveis, incluindo a Oppo.

Feng Ying, Chief Intellectual Property Officer da Oppo, comentou que o acordo "reflete o reconhecimento mútuo e respeito pela propriedade intelectual de ambas as partes e estabelece a base para futuras colaborações entre Oppo e Nokia".

Jenni Lukander, presidente da Nokia Technologies, expressou que "o novo acordo, juntamente com outros acordos importantes de smartphones concluídos no último ano, proporcionará estabilidade financeira de longo prazo para nosso negócio de licenciamento".

A disputa destaca a complexidade em torno das taxas de licenciamento para patentes, dada a diversidade de patentes envolvidas e a falta de um padrão unificado na indústria.

Netflix inclui IA generativa como fator de risco para competição em relatório anual

ILUSTRADA



Em uma mudança que reflete a crescente influência em Hollywood da IA e seu poder potencialmente perturbador, a Netflix adicionou a inteligência artificial generativa à lista de possíveis fatores de risco em seu relatório anual.

No relatório 10-K da Netflix apresentado nesta sexta (26), foi adicionada uma nova seção àquela em que se apontam os fatores de risco, dentro da parte do documento em que se fala sobre competição.

Letreiro do escritório da Netflix em Los Angeles, Califórnia

- via AFP

"[Novos] desenvolvimentos tecnológicos, incluindo o desenvolvimento e uso de inteligência artificial generativa, estão evoluindo rapidamente. Se nossos concorrentes obtiverem vantagem ao usar tais tecnologias, nossa capacidade de competir de forma eficaz e nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente", diz o texto.

"Além disso, o uso ou adoção de novas tecnologias emergentes pode aumentar nossa exposição a reivindicações de propriedade intelectual, e a disponibilidade de **direitos** autorais e outras proteções de propriedade intelectual para material gerado por IA é incerta", segue o relatório.

Estas foram as principais mudanças no texto, que segue em grande parte o mesmo. O relatório é apresentado à SEC (US Securities and Exchange Commission).

O uso de IA pelos estúdios se tornou uma questão polêmica para os dois sindicatos de Hollywood, que entraram em greve em 2023, o WGA e SAG-AFTRA. A preocupação principal era que a tecnologia prejudicasse os meios de subsistência da classe artística.

Em 25 de novembro de 2023, o sindicato dos atores de Hollywood, o SAG-AFTRA, divulgou o contrato completo de 128 páginas que colocou fim à greve da categoria, encerrada no último dia 8 após acordo com a aliança de produtores, a AMPTP. Os artistas estavam em greve desde o dia 13 de julho.

O acordo provisório ao qual se chegou após 118 dias da maior paralisação da história de Hollywood contra os estúdios, negociado pela presidente da SAG-AFTRA, Fran Descher, foi chamado de "inovador" e recebeu elogios.

No documento, há termos elativos ao uso de in-

Continuação: Netflix inclui IA generativa como fator de risco para competição em relatório anual

teligência artificial, que geraram debate entre os signatários. Alguns membros sugeriram, inclusive, que votariam contra o contrato dentro do prazo de ratificação, encerrado em 5 de dezembro do ano passado. O desagrado seria por considerarem as proteções de longo prazo contra IA insuficientes na proteção de empregos.

O tema envolve o uso da imagem escaneada dos ato-

res para uso posterior às produções em que participaram, sem que as empresas precisassem de autorização dos artistas para reutilizá-las.

Marisa Monte, Roberto Carlos e Gilberto Gil: veja artistas que repudiam paródias em jingles políticos



A cantora e compositora Marisa Monte participou, nesta quinta-feira, de audiência pública do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para pedir que os artistas tenham o direito de vetar a utilização de obras como paródias e jingles eleitorais nas eleições municipais deste ano. Não é a primeira vez que essa discussão vem à tona. Em 2022, mais de 350 artistas divulgaram um manifesto contra a possibilidade de utilizar livremente quaisquer canções da música brasileira como base de campanhas eleitorais. Entre eles, grandes nomes como Roberto Carlos, Gilberto Gil, Djavan, Zeca Pagodinho e Milton Nascimento.

Na época, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estava prestes a decidir se o uso alterado de canções em campanhas políticas, por meio de paródias, poderia ocorrer sem a devida autorização dos compositores e sem o pagamento dos **direitos** autorais. No manifesto, os artistas defenderam que os jingles eleitorais não deveriam se enquadrar como paródia, uma vez que seriam prejudiciais aos direitos dos artistas caso veiculados em propagandas de candidatos que defendem ideologias das quais eles discordam.

"O uso de paródias de obras musicais em campanhas eleitorais, sem autorização prévia, será um ilegítimo passaporte para alavancar candidaturas e interesses político partidários. Além de atingir os direitos morais dos criadores, que ficarão privados de fazerem

suas livres escolhas políticas ou ideológicas, servirá para distorcer o processo eleitoral e enganar os eleitores, com graves reflexos na democracia brasileira", escreveram no texto.

Porém, mesmo com a movimentação dos artistas, foi decidido que o uso seria livre, desde que cumprisse requisitos para evitar prejuízo aos interesses do titular do **direito** autoral e da exploração normal da canção. A decisão buscava pôr fim a uma ação que tramitava na Justiça há anos. Em 2014, o deputado federal Tiririca (PL) se apropriou da música "O portão", de Roberto Carlos e Erasmo Carlos (e dos famosos versos "Eu voltei, agora pra ficar, porque aqui, aqui é o meu lugar"), para produzir o seguinte refrão de sua propaganda eleitoral: "Eu votei, de novo vou votar, Tiririca, Brasília é seu lugar".

À época, Tiririca foi condenado em primeira instância pela utilização da obra sem a autorização dos autores. O deputado federal recorreu e, no fim de 2019, a 3ª Turma do STJ reverteu o resultado do processo, alegando que o conceito de paródia está enquadrado na lei. A defesa de Roberto Carlos entrou, então, com um recurso para que a decisão fosse reavaliada. Só em outubro de 2023 a justiça bateu martelo sobre o caso, sendo favorável ao Tiririca.

Ao retomar a discussão na audiência do TSE, Marisa Monte pontuou que o uso do material artístico pode gerar uma "série de associações bizarras" entre personalidades, ideologias e candidatos, no que chamou de "clara violação moral para os autores". A cantora ainda destacou que a paródia é uma exceção dentro do **direito** autoral com uma finalidade clara para o humor e a aplicação nas campanhas eleitorais seria um "desvio de finalidade".

INPI anuncia novidades para o curso sobre propriedade intelectual



Reconhecido como uma das principais portas de entrada para quem pretende dar os primeiros passos na área de Propriedade Intelectual (PI), o Curso Geral de PI à Distância (DL101PBR), promovido pela Academia do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), entra em 2024 com importantes novidades. Entre elas, estão: conteúdo atualizado e destaque para a inserção de minivídeos sobre pontos específicos do conteúdo, elaborados por tutores experientes na área, buscando garantir ainda mais dinamismo e qualidade no processo de aprendizagem.

O curso, fruto da parceria com a **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), é totalmente online, gratuito e oferece certificado para os alunos aprovados no Exame Final.

E tem mais: diversas universidades brasileiras já aceitam o Certificado do DL 101P BR como créditos para as Atividades Complementares, além do curso ser pré-requisito para alguns dos cursos de nível avançado oferecidos pelo **INPI**.

Pode ser do seu interesse Concurso Nacional: Conheça o cronograma para quem pede isenção da taxa de inscrição Alunos do Ensino Médio poderão receber até R\$ 9,2 mil pelo programa Pé de Meia Minas Gerais confirma segunda morte por dengue Ensino médio: Pé-de-Meia dará R\$ 2 mil por ano a alunos de

baixa renda

Não perca essa oportunidade! As inscrições estão abertas até 04 de fevereiro.

[Continua depois da Publicidade]

O curso será realizado entre 06 de fevereiro e 05 de abril, com o exame final no período de 31 de março a 02 de abril.

Por: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**)

Edição: Ailane Silva

- news -

Continua Depois Da Publicidade Redatora Do Portal CenárioMT

Novo olhar do Judiciário sobre a importância das reivindicações



Um novo olhar do Judiciário sobre a importância da interpretação das reivindicações nas ações de patentes? Claudio Barbosa e Viviane Trojan Sentença na Justiça de São Paulo absolveu empresa de infração de patentes, destacando pontos cruciais e contrariando laudo pericial. Rara análise jurídica do magistrado abordou com profundidade as reivindicações, geralmente deixadas aos peritos. sexta-feira, 26 de janeiro de 2024 Atualizado às 09:28
Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

Uma sentença afastando a condenação de uma empresa por infração de patentes foi proferida na semana passada na Justiça Estadual de São Paulo. Ao contrário de ações similares a decisão foi precisa, tocou em pontos importantes para as discussões de patentes e, corretamente, contrariou o laudo pericial.

A análise feita pelo magistrado no processo 1002021-04.2015.8.26.0002 surpreende por ser raro um juiz analisar com profundidade e clareza as reivindicações de uma patente, estabelecendo seus limites. Como veremos, está análise, que é jurídica,

acaba sendo indevidamente deixada aos peritos e, inadvertidamente, o aspecto jurídico mais importante e central nos litígios de patentes deixa de ser enfrentado pelos magistrados.

O cerne imediato da discussão era a possibilidade de existir uma infração parcial de uma invenção da única reivindicação independente da patente PI 0305003-3. Em outras palavras, discutia-se a divisibilidade ou não da reivindicação independente. A questão subjacente e ainda mais relevante, o excesso da análise pericial ao ditar os limites jurídicos da patente de invenção.

O perito designado para o caso concluiu que haveria violação da patente pela presença de "reprodução parcial de atividade inventiva em relação a equivalência técnica (forma de funcionamento) e de formato - "feito de meio tubo e a sua extremidade inferior é mais fechada, acima da qual existe um pino mediano (20) reversor da posição emborcada para a posição em pé do copo descartável."

A Ré se insurgiu contra o laudo, sustentando que, diante de uma única reivindicação independente e uma dependente, e da ausência de reprodução integral dos elementos, não haveria que se falar em infração parcial ou por combinação. O perito além de ultrapassar os limites técnicos, defendeu o laudo afirmando ser possível fragmentar a reivindicação, pois cada elemento separadamente cumpriria uma função dotada de novidade e atividade inventiva.

Como bem apontado na decisão, o juiz não está vinculado à conclusão do laudo pericial, podendo julgar de forma diversa, segundo o princípio do livre convencimento. Uma vez que as análises técnicas foram realizadas pelo perito a fim de analisar se e quais elementos da patente teriam sido reproduzidos no produto infrator, cabe ao julgador definir o escopo da reivindicação e, em seguida, se a reprodução em

Continuação: Novo olhar do Judiciário sobre a importância das reivindicações

questão caracteriza ou não a infração à patente à luz da lei 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial), doutrina e jurisprudência.

Na sentença proferida, o juiz Seung Chul Kim, destaca de forma cristalina a importância da análise do "que foi reivindicado e como foi reivindicado para a verificação do escopo e alcance da patente". Tanto é assim que nos EUA a etapa do "claim construction", traduzida como interpretação das reivindicações é fundamental nas ações de patentes.

É nessa (primeira) etapa que o Judiciário interpreta o significado e o objeto das reivindicações da **patente**. Como são as reivindicações que definem o escopo da invenção que proporciona ao titular o direito de excluir terceiros, a interpretação das reivindicações é fundamental na análise de infração ou validade de uma **patente**, impactando o resultado do processo e outras questões importantes como a oponibilidade da **patente**, sanções etc. Somente após os limites das reivindicações terem sido definidos é que o julgador americano ou o Juri pode decidir acerca de eventual infração ou nulidade. A questão é tão madura nos Estados Unidos que existem padrões e normas procedimentais relacionados a tal processo de interpretação. A técnica, se aprendida e incorporada também no Brasil, traria maior segurança aos julgadores das ações de **patentes**, que em sua maioria não possuem expertise na área das **patentes** em exame. Do mesmo modo, as partes poderiam vir a ser beneficiadas, uma vez que participariam dessa etapa de definição do significado das reivindicações, não havendo margem para equívocos futuros com relação ao escopo da invenção.

A sentença analisou a íntegra da patente, trouxe considerações sobre o respectivo relatório descritivo, interpretou reivindicações e figuras. Concluiu pela indivisibilidade das reivindicações, regra vigente em nosso ordenamento jurídico, pela qual a infração só pode ser constatada se todas as características reivindicadas forem reproduzidas, de forma literal ou

por equivalência, citando um dos maiores doutrinadores brasileiros e expert em patentes, o Dr. Denis Borges Barbosa.

O escopo de proteção da PI0305003-3 corresponde à viabilização de um mecanismo que permite o isolamento do compartimento de copos descartáveis do meio ambiente, mantendo-o fechado. No produto da Ré, não existia parede semicircular e a dispensadora utilizava peça em formato de "U", não existia movimento de um lado para outro, não existia fechamento e tampouco projeção radical para fora da tampa de fechamento, como reivindicado na patente.

O problema solucionado do estado da técnica pelo novo dispenser semiautomático totalmente embutido (sem contato com o ambiente externo) era justamente o contato do copo com o ambiente externo e o risco de contaminação, dentre outros destacados no relatório descritivo da **patente**. No produto da Ré, os copos dispensados ficavam totalmente expostos ao ambiente externo, o que contraria a solução tecnológica alcançada pela invenção e as reivindicações da **patente**.

A sentença concluiu que a atividade inventiva da patente consiste no mecanismo de abertura e fechamento do dispensador de copos descartáveis, mecanismo este inexistente no produto da Ré, de modo que não houve atos de concorrência desleal e nem dever de indenizar.

A Autora foi condenada ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, arbitrados em 10% do valor da causa, e ainda pode recorrer ao TJ/SP.

Claudio Barbosa Sócio do Kasznar Leonardos. Kasznar Leonardos | Propriedade Intelectual Viviane Trojan Advogada, sócia do escritório Kasznar Leonardos. Kasznar Leonardos | Propriedade Intelectual

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3, 8

Direitos Autorais

4, 6

Propriedade Intelectual

7

Marco regulatório | INPI

7

Entidades

7